

REFERÊNCIA PUBLICAÇÃO

DUARTE, Evandro Charles Piza.. Negro: Este Cidadão Invisível. In: Recrie: arte e ciência, Revista Crítica Estudantil, Ano 1, n. 1. Florianópolis: Instituto da Cultura e da Barbárie, Fundação Boiteux, 2004. ISSN: 1806-8847.

O NEGRO: ESTE CIDADÃO INVISÍVEL¹

Evandro C Piza Duarte²

RESUMO: O Texto disserta sobre o problema da invisibilidade e do reconhecimento das populações negras no âmbito do conhecimento científico. Sugere-se que o racismo é constitutivo e definidor do olhar científico moderno. As denúncias sobre a clivagem racial de nossa compreensão acadêmica demonstram o conteúdo opressor dos saberes formados a partir da Modernidade. Políticas de inclusão são indispensáveis para rever os pressupostos racistas do conhecimento ocidental. Políticas de cotas não são medidas paternalistas, mas ações imprescindíveis para a qualidade do conhecimento gerado nas universidades.

¹ Versão desse texto foi apresentada no Conselho Regional de Psicologia do Estado do Paraná, em 03 de setembro de 2003, no ciclo de debates "Direitos Humanos: Um olhar inquieto". Agradeço a Professora Dora Lúcia de Lima Bertúlio pela leitura atenta da primeira versão e aos membros do Conselho pelo honroso convite.

² Evandro c. Piza Duarte - Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal. Autor de Criminologia e Racismo: Introdução á Criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2002. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná, NEAB/UFPR. Contato: evandropiza@gmail.com.

PALAVRAS CHAVES: RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, IGUALDADE, DIVERSIDADE, MODERNIDADE, AÇÃO AFIRMATIVA, COTAS, ENSINO SUPERIOR

O que nos encoraja é que não há vida pura e absolutamente inexpressa no homem, é que o irrefletido só começa a existir para nós através da reflexão. (Merleau-Ponty, O Primado da Percepção e suas Conseqüências Filosóficas.1933-34, p. 72)

É o desenho que dá forma aos seres; cabe à cor dar-lhes vida. Eis o sopro divino que os anima. (...) Apenas os mestres na arte sabem julgar o desenho; qualquer um pode fazê-lo quanto à cor. (Denis Diderot, Ensaio sobre a Pintura.1795, p.45)

A idéia da invisibilidade talvez seja a mais feliz das fantasias da criança. Fecho os olhos, o mundo desaparece. Escondo-me sobre o manto protetor do cobertor, o mundo deixa de existir. No jogo de ver e não ver ou ver e olhar (perceber, demarcar, destacar, ocultar, lembrar etc.) encontra-se problemas essenciais de nossa identidade, de nosso ser para nós mesmos e para os demais: Quem pode ser visto? Quem será objeto de nossas investigações? Quem poderá destacar-se na pintura? Quem será paisagem? Quem será nosso interlocutor?

O texto disserta sobre o problema da invisibilidade e do reconhecimento das populações negras no âmbito do conhecimento científico. Tema que se apresenta

como indispensável, na medida em que nos propomos a construir práticas pedagógicas libertárias e projetos de inclusão. Nosso objetivo é sugerir que o racismo é constitutivo e definidor do olhar científico moderno. As denúncias sobre a clivagem racial de nossa compreensão acadêmica são indispensáveis para a superação do conteúdo opressor desse saber.

É de se notar que as formulações científicas atuais certamente são tributárias de um "olhar" presente desde o Iluminismo. Infelizmente, tal olhar estava distante do olhar lúdico infantil. O olhar moderno instrumentaliza o objeto, destacando-lhe as qualidades que podem ser apropriadas e separando-as de uma comunhão de sensibilidade natural. O olhar do aparelho microscópico é um exemplo notável. Percebemos por meio dele as propriedades. Quando nos utilizamos dessas próteses de visão, descobrimos novas escalas de informações. Todavia, alienamos nossa sensibilidade estética para com o objeto estudado, nossa capacidade de sentir o todo e nossa proximidade física das coisas.³

A importância dessa alienação foi determinante também nas ciências humanas, onde não tínhamos máquinas de medir comportamentos. Porém, concebemos, a partir Descartes, o discurso como instrumento de precisão para a análise. Idéia essa levada ao extremo pelo positivismo. O rigor da linguagem científica foi a direção para a qual convergiu nossa percepção instrumental. Aqui a peculiaridade das ciências humanas: Como não poderíamos construir a "máquina para ver o homem", mas víamos por meio do discurso (de precisão), o objeto e o instrumento de análise se confundiam. Agíamos sobre o *logos* para controlar o mundo sensível. Michel Foucault, inúmeras vezes, destacou a relação entre novos campos de saber e o surgimento do sujeito. Se sua premissa estiver certa, cada ciência produziu seu objeto, cada nova incursão sobre o objeto permitiu constituir a

³ Sobre as afirmações quanto à percepção moderna veja-se: BOSI, Alfredo. *Fenomenologia do Olhar*. In: O Olhar. NOVAES, Adauto (et. al.) – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. CHAUI, Marilena. *Janela da Alma, Espelho do Mundo*. In: O Olhar. NOVAES, Adauto (et. al.) – São Paulo, Companhia das Letras, 1998. PARENTE, André (org.). *Imagem Máquina – A Era das Tecnologias do Virtual*. São Paulo: Editora 34, 2001. A expressão "prótese de visão" encontra-se em VIRILIO, PAUL. *A Máquina de Visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

ciência, e, nesse jogo de convergências, instaurou-se um nó entre saber e poder do qual somos tributários.⁴

Parte desse nó, nas ciências humanas, está atado para permitir a construção de mundos mediante conceitos e fazer o mundo corresponder a tais conceitos. Já entre os antigos, dizia-se que a palavra deve ser temida, pois seu pronunciamento desencadearia efeitos mágicos. Embora não queiramos, o jogo do observar, do dizer e do proibir dizer, presente nas ciências, demonstra certa continuidade. Ele também permitiu a construção de novos mundos, onde o domínio do humano se estabeleceu. Nas ciências humanas, o político se escondeu por detrás do científico e, para tanto, desconstruiu o sensível.

De fato, na prática científica em geral, desatou-se a relação profunda entre linguagem e corpo, linguagem e sentido. Os formalismos abstratos que usamos nas ciências permitem criar hipóteses sobre verdades não imagináveis. Na matemática, por exemplo, diz-se que é possível fazer cálculos na enésima dimensão, mas quem pode imaginar a existência de mais de três dimensões? Quem pode conceber operações em dimensões infindas? Nas ciências humanas, para as quais o grau de sofisticação lingüística é a tônica, habitamos mundos inexistentes. Na retórica atual, o sistema, por exemplo, deixa de ser a metáfora da complexidade da sociedade para ser a própria complexidade.

Todavia, em nossas sociedades, a validade de tal conhecimento é fundada numa reserva potencial para aplicações tecnológicas desconhecidas, sobretudo, no desenvolvimento industrial e bélico. É curioso perceber que uma linguagem sem humanidade, veloz, eficaz, perfeita e seca, serve muito bem à Guerra, embora não tenha servido muito à Comunidade. Enfim, a validade da linguagem está diretamente relacionada aos efeitos de domínio que pode produzir.

Onde encontramos o invisível nesse modelo de percepção? Naquilo que excluímos "dentro" e "fora" do discurso. A crítica do positivismo denunciou que,

⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis : Vozes, 1991. —————. *Microfísica do Poder*. Trad. e org. de Roberto Machado.

por detrás da máquina de ver (o Cientista-Método), havia o humano enredado em seus desejos. Por sua vez, que o objeto observado era um sujeito, capaz de se insurgir contra as relações de dominação, inclusive a científica.

Portanto, a primeira invisibilidade do Cidadão Negro para o cientista será a invisibilidade do homem para com o homem. A invisibilidade que se traduz numa insensibilidade para todo argumento e dado que não possa ser reconduzido aos cânones do discurso ou que possa romper com o seu caráter instrumental.

Reconsiderada essa premissa, podemos intentar perceber a trajetória das vidas negras na seara da ciência. Para tanto, é indispensável retirar da periferia de nosso campo visual os problemas enfrentados cotidianamente pelas mulheres, crianças, homossexuais, lésbicas, homens, negros e negras, ou seja, reencontrar os que foram excluídos do discurso como sujeitos.

Todavia, aqui enfrentamos um primeiro desafio que as teorias críticas tradicionais não puderam vencer: o próprio Racismo. Supomos que ao falarmos sobre o bem-estar geral estaríamos contemplando as populações negras ou que um discurso sobre a mulher, inclui a mulher negra. Sartre, no prefácio do livro de Frantz Fanon, lembrava que "vosso humanismo (europeu) nos supõe universais e vossas práticas racistas nos particularizam."⁵ Tal atitude pode ser resumida nos seguintes modelos de argumentação: a) Primeiro - Ao fazermos a crítica geral humanista atingimos as populações negras. Logo é dispensável que delas se fale. b) Segundo - Ao fazermos uma crítica, optamos por destacar a trajetória de determinados grupos. As populações negras estão contempladas nessas categorias. Ao referirmo-nos às crianças, falamos, obviamente, das crianças negras. Logo é dispensável que delas se fale. c) Terceiro - ao fazermos uma autocrítica, concebemos a importância da nomeação das palavras "brancos" e "negros". Apesar do desconforto, julgamos superar o desafio. Todavia, a trajetória do discurso não consegue determinar o quê é interferente quando é feita tal nomeação. Logo, concebemos que falar sobre as

Rio de Janeiro : Graal, 1992. —————. A Ordem do Discurso. São Paulo : Loyola, 1996.

populações negras é importante, mas não estamos dispostos a rever as nossas concepções. O discurso permitirá que as populações negras componham, por gentileza, as notas de rodapé.

O Racismo é um desafio à percepção e à compreensão dos problemas humanos.⁶ Obviamente que os dois termos são absolutamente associados, pois não se pode falar numa captação objetiva de informações. Porém, em certo sentido, ele agirá sobre nosso aparelho corporal sensitivo. As aversões racistas instauram-se no corpo, no toque, no olfato, na visão, no gosto e na audição. O racista aversivo tenderá a sentir o cheiro de seu preconceito. Assim como tenderá a fazer generalizações sobre os cheiros que ele supõe possuírem os negros.

Encontramos outro bom exemplo numa das manifestações do racismo brasileiro: Um homem branco adentra sala de escritório, na qual há um homem negro, e pergunta: Tem alguém aí? Ser alguém é uma qualidade de sujeitos. Essa frase revela a equiparação que fazemos entre indivíduo negro e objeto. Revela a tranqüilidade com que o racismo brasileiro se manifesta e com que aceitamos hierarquias sociais. O negro, no imaginário racista, compõe ora o universo dos indesejados que precisam ser expurgados ora a paisagem inanimada.

Em situação semelhante, o homem branco poderia entrar na sala observar e sair como se não houvesse encontrado alguém. De tal modo ele negaria o ritual social que é cuidadosamente ensaiado pelas pessoas que não se conhecem. A falta de deferência para com o homem negro poderia ser substituída pelo olhar de desprezo ou medo. Não menos provável é que, neste átimo de tempo dispensado para abrir a porta e olhar a sala, o homem branco tenha subtraído a imagem do homem negro de seu campo visual. Há, em algumas atitudes racistas, alto grau de inconsciência. O desvelamento de tais inconsistências provoca reações dramáticas nas quais o agressor intenta, a qualquer preço, isentar-se da responsabilidade pelo ato.

⁵ SARTRE, Jean-Paul. "Prefácio". In: FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.3-21

Tais exemplos nos induzem a seguinte assertiva: O Racismo condiciona a forma de perceber e, sobretudo, a estrutura do ser do homem moderno.

Tomemos esse belo trecho de Diderot que nos ensina a pintar rostos humanos:

*"Disse-se que a mais bela cor que havia no mundo era esse rubor adorável cuja inocência, juventude, saúde, modéstia e pudor coloriam as faces de uma jovem; e se disse algo não somente sutil, tocante e delicado, mas verdadeiro; pois é difícil representar a carne, é esse branco untuoso, uniforme sem ser pálido nem fosco, é essa mescla de vermelho e de azul que transpira imperceptivelmente, é o sangue, a vida que são o desespero do colorista. Aquele que adquiriu a sensibilidade para a carne deu um grande passo; o resto é nada em comparação. Mil pintores morreram e outros tantos morrerão sem tê-lo conseguido."*⁷

Vale à pena a comparação com um dos documentos jurídicos mais conhecidos do mundo ocidental, a declaração sobre os Direitos do Homem feita em 1789: Art.1º Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.

Em 1795, Diderot publicou esse ensaio, escrito durante os anos de agitação revolucionária. No início, o autor já havia demarcado, curiosamente, que a "cor dava vida aos seres". O julgamento sobre a cor poderia ser feito por qualquer um. Todavia, a reprodução pelo pintor da cor era tarefa para virtuosos. O pintor comum estava vinculado demais aos cânones aprendidos nas escolas de pintura. A técnica era para ele "um grilhão que colocou em seus próprios olhos como o escravo em seu pé."

A descrição da face humana de um "branco untuoso" não era um mero esquecimento das outras faces (negras, indígenas, amarelas), pois Diderot na mesma página se referia aos escravos. Não se tratava apenas de um "ver através de sua cultura", mas de uma negação constitutiva das demais faces. Os europeus treinavam como atividade primeira de sua percepção, nas palavras de Diderot, a identificação das cores. Perceber as cores era uma atividade pública. A cor demarcava a

⁶ Para uma crítica sistemática do Racismo e sobre seus reflexos no Direito veja-se: BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. "Direito e Relações Raciais: Uma Introdução Crítica ao Racismo." Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1989.

⁷ DIDEROT, Denis. Ensaio sobre a Pintura. Campinas, SP: Papyrus: Editora da Universidade de Campinas, 1993, p. 49.

humanidade. O horror às cores fortes e a descrição que encobre as faces não-brancas são elementos que denunciam o caráter sintomático da estrutura racista da modernidade europeia da qual somos herdeiros e fiéis cultivadores. Sabemos hoje que a declaração de humanidade não pretendeu ser universal, pois a escravidão permaneceu no império colonial francês. "São igualmente livres os homens nascidos iguais.", foi o refrão ouvido nos dois séculos que seguiram à Declaração dos Direitos do Homem.

De fato, segundo Dussel, o início da Modernidade é marcado por uma ambigüidade conceitual que precisamos registrar. Em primeiro lugar, em seu conteúdo positivo, ela seria a “emancipação racional”, ou seja: “A emancipação como ‘saída’ da imaturidade através de um esforço da razão como processo crítico, que abre à Humanidade um novo desenvolvimento histórico do ser humano.” Todavia, a modernidade terá, desde o início, um conteúdo secundário e negativo mítico, como justificação de uma práxis irracional de violência. Mito descrito da seguinte forma:

a) A civilização moderna se autocompreende como mais desenvolvida, superior (o que significará sustentar, sem a consciência, uma posição ideologicamente eurocêntrica);

b) A superioridade obriga, como exigência moral, a desenvolver os mais primitivos, rudes, bárbaros;

c) O caminho do referido processo educativo de desenvolvimento será o seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia, o que determina, novamente sem consciência alguma, a “falácia desenvolvimentista”);

d) Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer, em último caso, a violência, se for necessário, para destruir os obstáculos de tal modernização (a guerra justa colonial);

e) Esta dominação produz vítimas (de muitas variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável e com o sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador investe suas próprias vítimas do caráter de serem holocaustos de um sacrifício salvador (do colonizado, escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra, etc.);

f) Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (o fato de se opor ao processo civilizador), que permite que a “modernidade” se apresente não só como inocente mas também como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.

g) Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “modernidade”, são interpretados como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imatuross), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser fraco, etc.⁸

Há um fato primordial na constituição da Modernidade: a violência e sua ocultação. A face do homem moderno é a negação do Outro não-europeu. O poder compõe o discurso moderno pelo jogo implícito de uma presença negada, como nos quadros de Diderot. Sartre dizia que na formação do conhecimento ocidental está um desdobramento do ato de violência histórico do colonialismo: *Os primeiros dispunham do Verbo, os outros pediam-no emprestado*⁹

Logo, a segunda invisibilidade do cidadão negro é também estrutural a nossa forma de ser moderna, ao nosso olhar científico, as nossas predisposições para com as solidariedades e esquecimentos sociais etc. Não se trata de chamar a atenção para mais um personagem visto como secundário. Ao contrário, mas de denunciar as narrativas centrais, a partir de sua estruturação interna e histórica. Como de forma dramática afirmava Sartre, filósofo que se percebia menos universal diante do discurso das vítimas do colonialismo francês na África: *Nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus grilhões; é isto que torna seu testemunho irrefutável. Basta que nos mostrem o que fizemos delas para que conheçamos o que fizemos de nós.*¹⁰ As notas de rodapés não podem dar conta do desafio que é desvelar essa invisibilidade, a cegueira constitutiva da identidade do homem moderno.

Nesse sentido, como negar que o olhar instrumental que tão bem criticamos em nossos discursos acadêmicos à francesa se nutriu de nossa experiência social de

⁸ DUSSEL, Enrique. 1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis RJ: Vozes, 1993, p. 185-186.)

⁹ SARTRE, Jean-Paul. "Prefácio". In: FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p..3-21

¹⁰ SARTRE, Jean-Paul. "Prefácio". In: FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p..3-21

escravizar multidões? O louco que encontramos oprimido nas grades dos manicômios (ali onde a loucura é construída pelas adaptações e reações ao mundo das instituições totais, como diria Goffman; ali onde a loucura é forjada na prática científica) não seria esse bisneto dos africanos e índios escravizados? ¹¹ Não seriam os novos institucionalizados os mesmos descendentes que, em seus corpos negros, são esquecidos nos hospitais e no sistema de gerenciamento do sofrimento psíquico? Quem sabe não seriam o resultado, não menos previsível, de nossa empresa escravizadora de novos corpos?

Diz-se, entre os juristas: “*O direito pode tudo, só não pode transformar um homem em uma mulher*”. Todavia, ele confirmou durante séculos a transformação de homens em coisas, de povos em quase humanos ou bestas !

Assim dispunha a Lei nº 1273, de 24 de setembro de 1864 (ou seja, há 140 anos ou na época dos pais de nossos avós ...):

Art. 2º Só podem ser objeto de hipoteca: Os móveis; Os acessórios dos imóveis com os mesmos imóveis; Os escravos e animais pertencentes às propriedades agrícolas, que forem especificadas nos contratos, sendo as mesmas propriedades. ¹²

Nossa relação contraditória com a cidadania é expressa de maneira exemplar pelas leis do período escravista que, de um lado, concebiam os corpos negros como coisas-animais, porém, de outro, consideravam os negros como capazes de praticar crimes e receber penas, ou seja, como capazes de realizarem escolhas morais. A liberdade, concebida como a possibilidade de fazer escolhas, definia a condição humana no pensamento revolucionário burguês. Porém, o maior crime de um escravo era a busca da própria liberdade. A negação do direito ao exercício da legítima defesa contra a violência da escravização sempre foi o fundamento último do processo de escravização.

¹¹ GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

¹² PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. Preconceito Racial e Igualdade Jurídica no Brasil. Campinas: Julex Livros, 1989, p. 89.

*(Insurreição) Art. 113 Julgar-se-ha commettido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força. Penas - aos cabeças, de morte no gráo máximo, de galés perpétuas no médio, e por quinze annos no mínimo; aos mais, açoutes.*¹³

Não bastava concebê-los como mercadorias, era necessário que os corpos negros se comportassem como mercadorias. O maior exemplo do trabalho alienado foi sistematicamente desconsiderado de nossas observações acadêmicas. Como relatava o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, em 1779 nesta página pouco pitoresca do racismo brasileiro:

*Havia (...) nesta cidade o terrível costume de tão logo os negros desembarcassem no porto vindos da costa africana, entravam na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus. E porque essa espécie de gente, se não lhe é dada maiores instruções, é como qualquer bruto selvagem, eles faziam o que a natureza sugeria no meio da rua, onde ficavam sentados em algumas tábuas ali colocadas, causando não apenas a pior espécie de mau cheiro nessas ruas e cercanias, mas também oferecendo o espetáculo mais terrível que o olho humano pode testemunhar. Pessoas decentes não se atreviam a ir ás janelas; os inexperientes aí conheciam o que não sabiam e não deveriam saber; e tudo isso era permitido sem qualquer restrição, e, apenas para render o ganho absurdo que os mercadores de escravos, seus donos, obtinham por trazê-los á noite para os andares térreos oi despensas sob as casas em que viviam.*¹⁴

Debret complementa a descrição do quadro com uma preocupação de comprador de escravos:

É na Rua do Valongo que se encontra, no Rio de Janeiro, o mercado de negros, verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África.(...) Às vezes pertencem a diversos proprietários e são diferenciados pela cor do pedaço de pano que os envolve ou pela forma de um chumaço de cabelo na cabeça inteiramente raspada (...) Os ciganos traficantes de negros, verdadeiros negociantes de carne humana, não cedem em nada a seus confrades negociantes de cavalo; por isso deve-se tomar precaução e levar um

¹³ PIERANGELLI, José Henrique. (org) Códigos Penais do Brasil: Evolução histórica. Bauru SP: Jalovli, 1980.

¹⁴ Citado por SILVA, Marilene Risa Nogueira da. O Negro na Rua - A Nova face da Escravidão. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988, p. 62.

*cirurgião quando se quer escolher um negro nesses armazéns, a fim de passar o escravo pelas provas e exames necessários.*¹⁵

A historiografia de inúmeras instituições coloniais, inclusive o próprio pelourinho, permitiria melhor compreender o olhar moderno, capaz de colocar corpos humanos a circular nos espaços públicos, omitindo lhes a humanidade. Curioso é que no ato de venda e no ato de punição surgem novas categorias profissionais destinadas a medir a carne negra e a intensidade da dor que ela pode suportar. Curioso é descobrir que a ciência sobre os "Africanos no Brasil", a Antropologia brasileira, foi fundada por um médico baiano, Nina Rodrigues, que estava diretamente preocupado com a construção de um discurso sobre a criminalidade negra em seu livro as "Raças Humanas e a Responsabilidade Penal", marco fundador tanto da medicina legal quanto da psiquiatria brasileira.¹⁶ Tantas "curiosidades" poderão nos permitir compreender um pouco mais a natureza de algumas instituições brasileiras e dos saberes que tratam das populações negras e indígenas.¹⁷

A invisibilidade do cidadão negro é constitutiva de nossa identidade nacional. Ela está presente nos mitos de brasilidade que recriamos todos os dias. Na insistência em minimizar a crueldade de nossa trajetória como Nação, suprimimos a memória da violência. Se, como afirmava Poulantzas, toda nação representa a negação de tantas outras nações esquecidas nosso caso é ainda mais grave, pois nossa nação é delirante.¹⁸ Só podemos sugerir nossa identidade com a perda da memória social e no êxtase da festa. A formação do Estado nacional dependeu de uma política cultural explícita de valorização dos padrões europeus como indicadores do progresso e da racionalidade. De outra parte, confinou as demais identidades que lutaram contra a violência escravista ao esquecimento. *Viva o*

¹⁵ Citado por SILVA, Marilene Risa Nogueira da. O Negro na Rua - A Nova face da Escravidão. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988, p. 63.

¹⁶ RODRIGUES, Nina. As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil. Salvador: Progresso, 1957. ----- Os Africanos no Brasil. São Paulo: Ed Nacional. 1982.

¹⁷ Veja-se sobre o pensamento de Nina Rodrigues: DUARTE, Evandro Charles Piza. Criminologia e Racismo. Introdução à Criminologia Brasileira. Curitiba: Juruá, 2002.

¹⁸ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

Duque de Caxias e suas milhares de vítimas indígenas e negras! não deveria ser lema adequado para comemorar a unidade nacional. Entretanto, valorizamos os fragmentos culturais que podem ser apropriados sem que se apresentem os seus conteúdos críticos e a identidade de seus portadores. Dançamos samba, mas o samba não é negro. Ou como diria o poeta, *ele é branco na poesia, mas negro demais no coração...*¹⁹

Identificamos os negros, sem lhes permitir uma identidade. Sabemos (nós que carregamos o racismo branco) quando um negro ultrapassou a fronteira social que demarcamos como possível. Daí se diz que ele é um negro besta ou metido. Sabemos que a mulher negra não serve para criar vínculos familiares. Ela pode ser a “nega do fulano”, dificilmente sua esposa. Sabemos que todo jovem negro é bandido e que jogar bola lhe fará menos violento. Na mesma medida, dizemos que *bandido bom é bandido morto*. Todavia, não toleramos denúncias sobre racismo. Achamos que essa idéia de politicamente correto é uma palhaçada. Estamos certos que a idéia de identidade negra proposta por grupos radicais vai dilacerar nossos vínculos profundos de solidariedade. Aqui não temos racismo, pois nossos racistas são melhores que os outros (americanos).

Se formos acuados pela denúncia de nosso preconceito, fugimos. As fugas teóricas são as mais elementares e estupidamente brilhantes. Defendemos o relativismo dos conceitos. Logo, o conceito de identidade já está superado, pois as identidades são mutantes. Logo, o conceito de raça não é científico e nós não sabemos quem são os negros que são discriminados. Logo, o problema é a miséria de milhões e não se deve falar de negros. A crítica a esse "relativismo de fuga" mereceria algumas páginas, mas seu problema não é de conteúdo é de atitude. Quem efetivamente acreditou que uma identidade é algo imutável e não relacional? Quem não reconhece que para ter validade prática um conceito não precisa ser verdadeiro?

¹⁹ Para uma crítica da idéia de nação no Brasil veja-se CHAÚÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1986. Para uma denúncia sistemática do extermínio empreendido pelo Estado e elites brasileiras veja-se: CHIAVENATO, Júlio J. O negro no Brasil:

Como desconsiderar que a negação da verdade fundamentada é a marca de todo preconceito?

Ver e não ver, esse é o jogo que permite a prisão dos corpos negros. As identidades raciais servem para demarcar espaços sociais. A cartografia da discriminação é por demais complexa. A capacidade dos argumentos racistas de serem recompostos eficazmente é uma prova da existência de uma ideologia racista orgânica. Escrevem-se páginas para que possamos refletir sobre o racismo, mas basta uma frase tola como "Os negros é que são racistas" (ou "cotas raciais são racistas") para que todo um conjunto de argumentos contra o racismo seja relativizado. Outra saída comum é procurar um argumento "neutro". Ou seja, o racismo, quando denunciado, busca, a qualquer custo, uma justificação que lhe permita manter os efeitos discriminatórios, ainda que haja uma renúncia ao argumento racial. O racismo não sobrevive apenas como corpo teórico científico, mas, sobretudo, como atitude de negação que esteve presente desde a Modernidade Européia. O argumento racial deita raízes no senso comum, na atitude prática e na esfera do cotidiano. Ele é, sem dúvida, constitutivo da percepção.

É preciso lembrar, como anota Meyer, que *O mundo que nos cerca é captado a cada vez, mas num dado indivíduo, por um olhar novo*. Nosso olhar, todavia, está em muito distante do microscópio ou da máquina fotográfica. As neurociências têm sido pródigas em demonstrar que a percepção não é apenas uma atividade biológica pura. Ver é uma atividade complexa que provoca a ativação de vastas áreas do cérebro. Nossa visão é sempre uma visão corrigida pela atividade cerebral, pois ela estrutura imagens distorcidas e fragmentárias. Ver é também lembrar, pois envolve a ativação de centros responsáveis pela memória.²⁰ Inevitável considerar que uma grande parte da visão se encontra associada à linguagem. Dificilmente podemos ver aquilo que não pode ser dito. Por sua vez, dizer é uma

da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo : Brasiliense, 1986. —————. *As lutas do povo brasileiro: do "descobrimento" a Canudos*. São Paulo : Moderna, 1988.

²⁰ Resumimos aqui diversas idéias desse belo livro de MEYER, Philippe. *O Olho e o Cérebro - Biofilosofia da Percepção Visual*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

forma de iniciar novas formas de ver. As cegueiras não são apenas físicas, tampouco oculares. Vemos na memória. Vivemos na cultura.

Como alerta Merleau-Ponty:

Do mesmo modo que a percepção de uma coisa me abre ao ser, realizando a síntese paradoxal de uma infinidade de aspectos perceptivos, a percepção do outro funda a moralidade, realizando o paradoxo de um alter ego, de uma situação comum, colocando a mim, as minhas perspectivas e a minha solidão, no campo de visão de um outro e de todos os outros. Aqui como em toda parte, o primado da percepção - o reconhecimento, no próprio coração da experiência mais individual, de uma contradição fecunda que a submete ao olhar do outro - é o remédio para o ceticismo e o pessimismo. Se se admite que a sensibilidade é fechada sobre si mesma e se só se busca a comunicação com a verdade e com o outro no nível de uma razão sem carne, então não há muito a esperar.²¹

Nossa cultura escravista ainda vive nas instituições sociais que segregam e perseguem os corpos negros. Olhamos para as empresas e vemos corpos brancos. Olhamos para a mídia e reencontramos corpos brancos. Olhamos para as esferas de poder político e já sabemos o que iremos reencontrar. Consideramos, todavia, que são fatos da normalidade. Não nos causa espanto "a natureza das coisas como elas são". A marca profunda de nossa degradação moral é a indiferença. No pensamento conservador e racista, atribuíam-se a degradação moral da escravidão, direta ou indiretamente, à presença dos negros. Era, entretanto, a coisificação do homem que fundamentou o caráter egoísta e destrutivo de nosso ser social. Solidariedade e Moralidade dependem da identificação mínima com o Outro, como lembrava Merleau-Ponty. Mas como podemos construí-las num sistema que nega ao Outro o direito de contar sua trajetória?

A cidadania das populações negras poderá ser afirmada na medida em que sua invisibilidade seja substituída pela construção de um espaço público de comunicação no qual a diversidade e a presença real dos sujeitos negros seja reconhecida. É indispensável conceber a diversidade para além da dissipação

²¹ MERLEAU-PONTY, Maurice. O Primado da Percepção e suas Conseqüências Filosóficas. Campinas SP: Papirus, 1990, p. 65-66.

estratégica dos pós-modernismos, dos mitos da democracia racial, da falácia universalista e da retórica do totalitarismo. Onde o verbo não pertence a poucos, onde o *logos* não vem marcado pela censura da ausência do corpos dos interlocutores e suas perspectivas pode-se, talvez, falar em cidadania.

Nossas instituições e nosso conhecimento precisam, urgentemente, de uma terapia da diversidade, da presença física e simbólica das identidades negras em nossos espaços públicos. Identidades que se desvelam na narrativa de uma experiência social. Sem isso, o negro permanecerá o "invisível", para as práticas de emancipação, mas "identificado" para as práticas de domínio. Este é, em nossa opinião, o maior desafio da atividade científica contemporânea, sobretudo, para a universidade brasileira, predominantemente branca e européia.

Nesse sentido, a defesa de programas, estrategicamente pensados e organicamente implementados, de reserva de vagas para as populações negras e indígenas na Universidade Pública, gratuita e de qualidade, marcará a melhoria qualitativa da formação do conhecimento e confirmará a projeção constitucional de uma produção cultural construtora de projeto civilizatório alternativo ao capitalismo neoliberal e ao neopatrimonialismo brasileiro.